



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP
Belo Horizonte, 30 de agosto a 02 de setembro de 2016

AT Gênero, Democracia e Políticas Públicas

**RESGATANDO O HISTÓRICO E MAPEANDO O PRESENTE DO MOVIMENTO DE PESSOAS
TRANS DE BELO HORIZONTE**

Thiago Coacci
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo

O presente estudo é uma tentativa de contribuir para a reflexão sobre o movimento de pessoas trans no Brasil, mas com um foco específico para a cidade de Belo Horizonte. Apesar da grande produção sobre pessoas trans na academia, pouco se produziu sobre o movimento de pessoas trans e menos ainda sobre o contexto local de Belo Horizonte, onde, caso não seja registrada, corre-se o risco de perder a história do movimento, que costumeiramente é repassada de forma oral pelas travestis e transexuais mais velhas. Busca-se, então, resgatar a história do movimento em Belo Horizonte e mapear o presente, identificando quais são as principais: a) organizações e grupos do movimento trans em atividade hoje; b) demandas do movimento; c) estratégias e táticas de ação utilizadas por tais organizações e grupos; e por último, d) as parcerias e alianças realizadas. O trabalho foi realizado por meio de entrevistas com cinco ativistas do movimento de Belo Horizonte.

Palavras-chave: movimentos sociais, pessoas trans, Belo Horizonte.

Introdução

Eram sete e cinco, início de uma noite chuvosa do dia 02 de dezembro de 2015. Havia combinado de encontrar com Anyky Lima, às sete, para entrevistá-la. Já estava cinco minutos atrasado e provavelmente atrasaria vários outros. Saí de casa com tempo de sobra para chegar na casa de Anyky, pois sabia que ela é sempre pontual e preza por isso. No entanto, o trânsito estava muito pesado, ainda pior que o normal devido à forte chuva que agora já raleava. Anyky mora no Carlos Prates, algumas ruas acima da avenida Pedro II. Quem conhece Belo Horizonte sabe duas coisas sobre essa avenida: primeiro que o trânsito ali é péssimo na “hora do rush”, justamente o momento que eu precisava passar por lá; e segundo, que à noite a avenida se transforma em um ponto de prostituição de travestis e mulheres trans.

Passados cinco minutos, os quais eu não havia avançado nem um metro sequer, peguei o telefone e mandei a seguinte mensagem pelo mensageiro do Facebook: “*Anyky eu tô aqui do lado, mas o trânsito tá péssimo na Pedro II. Desculpa o atraso! Já já tô aí.*” Para comprovar que eu não estava mentindo e evitar de causar um mal-estar antes mesmo da entrevista, enviei também a minha localização no GPS. Anyky rapidamente respondeu “*Eu imagino*”. A chuva já estava bem fraca e dando sinais de que em pouco pararia por completo. Enquanto o trânsito não andava, fiquei observando as primeiras travestis que, corajosamente, já estavam nos passeios e esquinas exibindo seus corpos para os potenciais clientes nos carros.

Essa cena é bastante comum em Belo Horizonte e em diversas outras cidades do Brasil, é difícil ir a uma grande cidade brasileira que não tenha um ponto de prostituição de travestis e mulheres trans. Para além das ruas, travestis e transexuais já possuem uma visibilidade grande no Brasil e isso não é de hoje. Quem alardeia a “novidade” de travestis e transexuais parece se esquecer de que, já nas décadas de 1960 e 1970, Rogéria tornava-se conhecida por fazer sucesso em peças de teatro e filmes no Cinema. Que na década de 1980, modelos como Thelma Lipp e Roberta Close roubavam a atenção todo o Brasil por sua beleza. Roberta chegou a aparecer na capa da revista Playboy em 1984 e Thelma também virou capa de diversas revistas, numa espécie de disputa entre as duas, criada pela mídia. De fato, nos últimos anos, essa visibilidade tem se tornando maior e pessoas trans cada vez mais ocupam espaço nas mídias fora dos famigerados noticiários policiais que anunciam, quase sempre de forma preconceituosa, suas mortes bárbaras ou escândalos

sensacionalistas envolvendo jogadores de futebol e políticos¹. Apesar dessa crescente visibilidade, a violência contra travestis e transexuais, no Brasil, ainda hoje tem números gravíssimos².

Na academia, a visibilidade das pessoas trans também é ascendente. A busca no portal Scielo³ pelos termos “travesti” ou “transexual” retorna 63 textos, a primeira publicação data de 1999 e há uma curva ascendente a partir do ano de 2006. Os textos, segundo a classificação do Scielo, derivam de diversos campos do saber como a saúde pública, psicologia, sociologia, antropologia, linguística, história, economia, medicina e áreas multidisciplinares. Se a mesma busca for realizada em outros bancos de dados, como o *google scholar*, o número de resultados seria, com certeza, infinitamente maior.

Se é verdade que os estudos sobre travestilidade e transexualidade estão em um crescimento vertiginoso, alguns temas ainda são pouco abordados. Especificamente sobre como essas pessoas se organizam politicamente, isto é, sobre o Movimento de Pessoas Trans, pouco se tem estudado. Tal história encontra-se, em grande parte, espalhada de forma não sistemática por alguns trabalhos que abordaram o movimento sem se ter esse como preocupação central, como é o caso dos trabalhos de Teixeira (2013), Peres (2015), Bento (2006), Ávila (2015), Facchini (2003; SIMÕES; FACCHINI, 2009) e diversos outros. O estudo específico sobre o movimento de pessoas trans foi realizado de forma pioneira nos trabalhos de Mário Carvalho (2011, 2015; CARVALHO; CARRARA, 2013), que focou mais fortemente no movimento nacional e nas articulações nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Não há nenhum estudo específico sobre o movimento de pessoas trans em Belo Horizonte, apenas um pedaço da história se encontra contada por Machado (2007) que ao estudar o Movimento LGBT⁴ de Belo Horizonte, analisou brevemente a história de uma organização fundada na década de 1990 por travestis.

O presente estudo é uma tentativa de contribuir para a reflexão sobre o movimento

-
- 1 Curiosamente o número de estudos sobre a representação das pessoas trans na mídia ainda é tímido, sendo que muitos desses estudos focam em uma novela ou programa específicos. Um breve panorama da representação da transexualidade e travestilidade na mídia pode ser encontrado em Colling e Sant'Ana (2014). Todavia, talvez até pelo estado ainda inicial do campo de estudo, tal panorama é bastante precário.
 - 2 O relatório do Grupo Gay da Bahia (2014) registra 134 travestis assassinadas por crime de ódio no ano de 2014. Tais assassinatos costumemente são realizados com requintes de crueldade e os corpos são encontrados dilacerados, com inúmeras facadas, queimados, com os órgãos genitais mutilados e outros sinais de tortura e espancamento.
 - 3 Busca realizada no dia 09 de Dezembro de 2015 com os seguintes parâmetros “(travesti) OR (transexual)”.
 - 4 Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Na realidade, Machado utiliza do termo GLBT, a alteração da ordem das letras se deu apenas em 2008 na I Conferência Nacional GLBT e desde então é acatada pelo movimento nacional (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

O linguajar dos ativistas entrevistados é fortemente marcado pelo uso de diversas siglas e acrônimos, que representam identidades ou nomes de associações. Quase nunca, em suas falas, explicam o que essas siglas significam, é possível inclusive que algumas pessoas nem saibam. Fiz a opção de imitar esse estilo na escrita, utilizando prioritariamente as siglas, sendo que na primeira ocorrência de cada será inserida uma nota explicativa.

de pessoas trans no Brasil, mas com um foco específico para a cidade de Belo Horizonte. Por se tratar de uma lacuna na literatura, o presente trabalho tem um caráter exploratório e descritivo, sem a pretensão de testar hipóteses ou produzir generalizações. Busca-se, então, identificar quais são as principais: a) organizações e grupos do movimento trans em atividade hoje; b) demandas do movimento; c) estratégias e táticas de ação utilizadas por tais organizações e grupos; e por último, d) as parcerias e alianças realizadas.

Entrando em Campo

Uma vez definido os objetivos do estudo, restava saber como colocá-lo na prática. A entrada em campo para o tipo de pesquisa que me propus não é nada banal e vinha acompanhada de uma série de dilemas metodológicos e teóricos. Primeiramente me inquietava *como* realizar o estudo, quais seriam as melhores técnicas de coleta de dados para responder as perguntas que me interessavam? Ficava na minha cabeça ainda uma segunda questão, que é teórica, mas com efeitos bastante práticos para o estudo, de como recortar o campo definindo o que é e o que não é o movimento trans? Isso é, se é que existe algo para ser nomeado como movimento trans em Belo Horizonte... Acredito que essas dúvidas estão intimamente relacionadas e para responder a primeira, era preciso responder a segunda também.

O campo de estudos sobre movimentos sociais é aberto a uma pluralidade de metodologias e mais do que isso, o campo tem incentivado a mistura de técnicas diferentes para aprimorar os resultados. Della Porta (2014a, b) aponta uma série de razões que levariam a esse pluralismo metodológico como: o pluralismo teórico interno ao campo de estudos de movimentos sociais; e o fato de que os movimentos sociais, em geral, não produzem um registro sistemático de suas ações, sendo que muitas vezes não possuem, nem ao menos, uma lista de integrantes. Esses registros são produzidos, geralmente, por movimentos altamente institucionalizados e profissionalizados, como é o caso do Greenpeace ou outras organizações similares. Em meus contatos preliminares, não me parecia que esse era o caso do movimento de pessoas trans. Além disso, a falta de estudos prévios sobre o campo em Belo Horizonte aumenta as incertezas. Se o campo já fosse mapeado, seria mais fácil identificar organizações e pessoas-chave para conseguir as informações necessárias ou até mesmo seria possível utilizar os dados levantados previamente para realizar uma nova análise sobre eles.

Devido a minha militância no movimento LGBT em Belo Horizonte, eu sabia que em

determinado momento da história da cidade, existiu uma organização exclusiva de travestis e transexuais, a ASSTRAV⁵, mas não tinha certeza se essa se encontrava ou não em atividade. A busca na internet dava sinais de inatividade, visto que o blog da associação encontrava-se sem novas postagens desde 2004⁶. Via também uma série de pessoas organizando ações em prol dos direitos das pessoas trans, convocando jogos em praças públicas, frequentando reuniões em espaços de decisão, organizando palestras, fazendo campanhas virtuais etc. Será que isso poderia ser considerado um movimento trans? Afinal, o que é um movimento social e para onde eu deveria olhar em minha pesquisa?

Os estudos de movimentos sociais fazem parte de um campo já consolidado nas ciências sociais e que conta com contribuições de muitas outras áreas do saber como a psicologia, a filosofia e a educação. Tradicionalmente os analistas dividem as abordagens entre as americanas e europeias, dentre essas, dividem ainda em diversas correntes, cada qual com suas particularidades⁷. Essa pluralidade de abordagens torna difícil atingir alguns consensos em questões básicas como na própria resposta ao que seria considerado um movimento social.

Um dos conceitos clássicos, de autoria de Tilly (TILLY; WOOD, 2013), afirma que um movimento social é composto por um conjunto de três elementos: campanha, repertório e demonstrações de VUNC (Valor, Unidade, Número e Comprometimento). Esse conceito me parece dar demasiada ênfase numa sequência de ações coletivas mais ou menos estável no tempo e coordenadas por uma organização ou liderança. Além disso, faz exigências que são difíceis de serem cumpridas por uma população altamente marginalizada como as pessoas trans. Como exibir valor quando a sociedade não valoriza os seus atributos e sua cultura? Como exibir números e comprometimento quando se trata de uma população que tem medo da polícia e de se mostrar de dia, que desconfia do Estado e que em função da exclusão do mundo do trabalho acaba, muitas vezes, por trabalhar a noite no mundo da prostituição? Será que em Belo Horizonte não existiria um movimento trans? Ou então, será que a minha percepção estaria errada?

Por uma influência cruzada de Melucci (1996) e Alvarez (2014), acredito que movimento social é um termo analítico para recortar da realidade um campo discursivo de ação. Segundo Alvarez, essa noção, mais ampla que a de Tilly, permite perceber que os movimentos sociais se expandem horizontalmente, para além da sociedade civil em direção a outras formas organizacionais e, também, verticalmente em direção ao Estado. Dessa

5 Associação de Travestis, Transgêneros e Transexuais de Minas Gerais.

6 Acessei o blog diversas vezes ao longo da pesquisa para buscar por atualizações. O último acesso se deu no dia 10 de dezembro de 2015, até esse momento a postagem mais recente datava de 08 de junho de 2004. O endereço do blog: <http://asstrav.blogspot.com.br/>

7 Para mapeamentos competentes desse campo ver Gohn (2014) e de forma mais sintética em Alonso (2009).

maneira, tal concepção permite escapar de alguns dilemas clássicos das teorias dos movimentos sociais, são eles:

(i) estado vs. movimentos sociais, principalmente no contexto da emergência da esquerda e das reformas do Estado na América Latina que um incluiu uma série de políticas de participação e deliberação, bem como com a entrada de ativistas históricos para cargos políticos variados, tal fronteira se torna porosa e instável, a noção de campo permite, então, localizar as múltiplas formas de relação e interpenetração de coletivos, ativistas autônomos, partidos políticos, agentes públicos e o Estado em uma disputa política;

(ii) coletivo vs. indivíduo, dado o contexto em que as formas de mobilização e participação se multiplicaram dentro do sistema político formal (criação de conselhos, conferências, orçamentos participativos) e fora desse (no *facebook*, na academia, *ativismos e hacktivismo*), o que permitiu que ativistas autônomos da internet possam inclusive atuar como líderes e pautar determinados debates e disputas, se reivindicando como parte de um movimento mesmo sem possuir filiação a organização ou partido, perde o sentido analítico focar exclusivamente em campanhas sistemáticas protagonizadas por organizações.

Acredito que essa concepção se adéqua mais a realidade que eu preliminarmente vislumbrava. Com essa noção de movimento enquanto campo discursivo, perdia o sentido a pergunta se aquilo que eu observava podia ou não ser chamado de movimento social, uma vez que esse não é um objeto empírico, mas uma construção analítica.

Sendo assim, devido (i) à concepção de movimento social como “campo”, (ii) à falta de dados concretos preliminares sobre o movimento, (iii) à impressão de um campo fluido, com uma institucionalização precária e (iv) pela ausência de registros sistematizados da atuação das organizações e lideranças, acreditei que a melhor forma de “entrar em campo” para a pesquisa exploratória seria por meio de entrevistas semiestruturadas com pessoas-chave do movimento. Semiestruturadas, porque apesar de possuir uma estrutura prévia de perguntas, que buscavam responder aos objetivos do trabalho, me dava flexibilidade o suficiente para explorar além, tópicos que eu poderia desconhecer no início da pesquisa.

Dois outros fatores influenciaram a minha opção pelas entrevistas. Primeiramente, como argumenta Brown (2015), as fontes tradicionais como jornais, revistas, documentos oficiais e jurídicos tendem a sub-representar as histórias das pessoas trans ou então

representá-las de uma forma distorcida ou negativa, como pessoas criminosas, doentes e/ou exóticas, sendo, então, preferível escutar as narrativas da experiência⁸ das próprias pessoas. Para um grupo de pessoas que o anonimato é o padrão, dar visibilidade a essas vidas se torna algo relevante. Segundo, na minha percepção, os movimentos sociais de Belo Horizonte são altamente personalizados, como perceberemos, mesmo quando existia uma organização institucionalizada a história dessa se confunde e mistura com a história de um pequeno número de pessoas. A pesquisa de Machado (2007) corrobora com essa percepção⁹, mostrando, inclusive, a existência de uma crítica jocosa a certas organizações do movimento LGBT que, por serem centralizadas na figura de uma única pessoa, são chamadas pejorativamente de ING, isto é, Indivíduos Não Governamentais.

Iniciei entrevistando duas pessoas que já conhecia previamente e que, a partir de meus contatos nos espaços conjuntos de militância e pela percepção de uma visibilidade nas redes sociais da internet, julgo ser de destaque no movimento. Entrevistei assim o Carl Benzaquen, homem trans, integrante do MOOCA¹⁰ e a Anyky Lima, travesti, presidenta do CELLOS-MG¹¹ e representante da ANTRA¹² em Minas Gerais. Escolhi propositalmente uma pessoa de identidade de gênero feminina e outra masculina, por acreditar que essas identidades possuem suas especificidades e algumas demandas diferentes¹³. A partir das

8 Estou ciente da crítica feita por Scott (1998) ao conceito de experiência - e por consequência de pesquisas que se baseiam na experiência de sujeitos - e de forma alguma pretendo naturalizar a experiência dos sujeitos pesquisados. Como Brown (2015) e Rago (2013) adoto uma posição de que é possível construir conhecimento a partir da experiência, compreendendo-a de outra maneira. Não como uma auto-evidência ou autenticidade do vivido, mas entendendo a narrativa da experiência como a forma de reinvenção de si, onde "se desfazem as linhas da continuidade histórica, questionam as identidades construídas e constituem-se relacionalmente como sujeitos múltiplos" (RAGO, 2013, p. 32). Principalmente por minha pesquisa tratar de pessoas trans, o processo de construção de si e de seus corpos se torna imediatamente visível no discurso dessas pessoas sobre sua história e seu ativismo.

9 Reconheço que existe uma limitação das informações que podem ser obtidas por meio das entrevistas. A memória das pessoas não consegue registrar completamente os fatos, muita coisa se perde e o processo de memorização, de certa maneira, é sempre um processo de recriação. Há ainda a possibilidade de que as pessoas entrevistadas mintam intencionalmente, o que faz com que alguns pesquisadores recomendem que se utilize as informações obtidas em entrevistas apenas após a confirmação por fontes documentais. Esse procedimento, infelizmente, não é possível no caso concreto, pois como informado as organizações e os ativistas não costumam conservar um arquivo sistemático de sua atuação. Além disso, assim como Weiss (1995), não vislumbro, no meu campo, razões particulares que levariam meus interlocutores a mentir. Talvez ampliem ou reduzam a sua importância em determinado fato, retratem outros ativistas e organizações de forma negativa, mas isso não justificaria falsear o depoimento como um todo. Acredito ainda que minha inserção no movimento LGBT e o fato de já ter esbarrado com esses sujeitos em uma série de ocasiões de militância crie uma espécie de vínculo que facilite a entrevista, os assuntos abordados na entrevista não são tão diferentes dos que conversamos em outras ocasiões. Mesmo assim, levo a sério o conselho de Weiss (1995) de que não há razões para acreditar que me foi revelado toda a verdade e apenas a verdade. Para além disso, como explicitado na nota anterior, não parto do pressuposto de uma autenticidade da experiência exprimida por meio da entrevista.

10 Coletivo MOOCA – Movimento LGBT Classista. MOOCA, atualmente, não é um acrônimo e não possui significado. Segundo informado no site do próprio coletivo, até 2014, o coletivo possuía a alcunha MOOCAH – Movimento Organizado de Combate à Homofobia. Das organizações que Site: <<http://www.coletivomoooca.com/p/institucional.html>> Acesso em: 11 dez. 2015

11 Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais.

12 Articulação Nacional de Mulheres Transexuais, Travestis e Homens Trans.

13 A literatura corrobora minha intuição de diferentes demandas, principalmente no âmbito da saúde, para isso ver Ávila (2015) ou Almeida (2012).

entrevistas iniciais a pesquisa seguiria pela técnica da bola de neve, entrevistando pessoas que fossem indicadas como relevantes pelas anteriormente entrevistadas. Entrevistei em seguida Gisella Lima e Bruno Souza, e por fim, Walkíria La Roche. Tentei ainda entrevistar uma série de pessoas, mas fui frustrado em minhas tentativas, foram elas Vanusa, Luisa Ferreira (Pfeiffer), Raul Capistrano e Liliane Anderson. Raul e Liliane até aceitaram meu convite, respondendo simpaticamente a tentativa de entrevista, mas nossas agendas não bateram e as entrevistas não puderam ser realizadas.

Anyky e Walkíria, a ASSTRAV e CELLOS

- *“Mas pera aí, é movimento LGBT ou Trans? O T de LGBT não significa trans, são coisas diferentes?”*

Desde que comecei a estudar o movimento trans brasileiro para escrever meu projeto inicial de doutorado escutei essa pergunta diversas vezes. A verdade é que a resposta a essa pergunta não nada é simples.

Tanto o movimento LGBT quanto o movimento de pessoas trans são movimentos identitários, mas as identidades que são a base para tais movimentos não são fixas e estáveis. Tais identidades e os termos que as nomeiam foram sendo construídas, paulatinamente, ao longo do último século (BENTO, 2006; FOUCAULT, 2009; FRY, 1982; GREEN, 2000; LEITE JR., 2011) e isso teve reflexo nas mudanças de nome e nas reconfigurações que os movimentos passaram desde sua formação. Como ensina Facchini e Simões (2009) o movimento já se intitulou “Movimento Homossexual”, na década de 1970, a partir dos anos 1980 e início dos anos 1990 foi pouco a pouco tomando um foco identitário, alternando entre Movimento Gay e Lésbico, Movimento de Gays, Lésbicas e Travestis, Movimento GLBT e finalmente, em 2008, a atual “sopa de letrinhas” LGBT.

Especificamente em relação ao que chamo hoje de “pessoas trans”, como uma categoria política abrangente que engloba travestis, transexuais, homens trans e uma série de outras identidades, é uma construção bastante recente. Ao entrevistar Anyky, que completou há pouco 60 anos, comecei por perguntar como ela se identificava. Anyky foi direta ao me dizer que se identificava como travesti. Não sabia me dizer ao certo quando começou a se identificar assim, mas foi expulsa de casa na década de 1960, quando tinha 12 anos, e já naquela época se identificava assim.

Anyky: Então eu sempre fui travesti. Não existia outro nome além de travesti. Pelo menos que eu soubesse, não existia outro nome. Só existia travesti. [...] E eu

sempre ouvi falar na palavra travesti, eu nunca tinha ouvido falar em transexual. Ou era travesti, lésbica e gay. Só isso, não tinha outra definição. Hoje em dia é que tem muitas definições, tem muita coisa, né?

Carvalho e Carrara (2013) afirmam que o termo travesti nem sempre foi utilizado como uma categoria identitária, até a década de 1950 o termo era utilizado majoritariamente em frases como “estar em travesti”, dando um sentido de um estado temporário, uma caracterização, podendo ser utilizado inclusive para referir-se a homossexuais afeminados e que ocupavam a posição passiva na relação sexual (sendo penetrado). O modelo “da bixa e do bofe” (FRY, 1982) que imperava na época misturava gênero e sexualidade de forma quase inseparável. Seria a partir da década de 1960, com a progressiva degradação desse modelo que travesti foi se consolidando como uma categoria identitária. Outros termos como transexual e transgêneros, como termos diferentes da categoria travesti, surge apenas mais recentemente no debate público, datando do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 (CARVALHO; CARRARA, 2013).

A história dos movimentos e das ativistas também se mistura. Das cinco pessoas entrevistadas apenas Bruno, talvez por ser mais novo e mais recente na militância, não teve passagem por organizações mistas LGBT. O movimento LGBT brasileiro teria nascido, ao menos em sua forma minimamente institucionalizada, no final da década de 1970 (SIMÕES; FACCHINI, 2009) e desde essa época já contava com a participação de pessoas trans (CARVALHO, 2011). As primeiras organizações do movimento trans, por sua vez, teriam surgido na década de 1990, impulsionadas por dois fatores: a violência policial e a epidemia de hiv/aids (CARVALHO; CARRARA, 2013). Em Belo Horizonte a história parece ser similar.

Walkíria La Roche é uma das precursoras do movimento trans em Belo Horizonte. Walkíria diz que se identifica como mulher desde que se entende por gente, e que se a sociedade e a medicina chamam isso de uma mulher transexual ou travesti, pouco importa. Ela não liga para essas “caixinhas”, mas reconhece a importância política dessas identidades. Sua luta começou pela própria sobrevivência, pois foi discriminada dentro da própria casa e isso a ensinou a reagir, a não aceitar a discriminação da polícia, das boates e outros espaços.

Walkíria: Acho que é uma ação e reação mesmo, né? Você me agrediu, eu também sabia me defender, de uma forma até um pouco mais agressiva, porque é uma outra época. Quando a gente narra essas questões ou discorre sobre essas questões, a gente vê que hoje é um contexto completamente diferente, as pessoas não conseguem remeter isso a um passado. Na minha geração existia tipificação do código de vadiagem, então se você estava após as dez horas da noite na rua você era presa por vadiagem. As pessoas poderiam te pegar simplesmente por você estar andando na rua, você não estava fazendo nada você estava andando na rua. Então eu percebi essa militância, se eu puder falar isso, desde nova. Na adolescência eu já estava ali em grupos, não aceitando não entrar nos lugares

A crise da AIDS foi outro estopim para a atuação política de Walkíria. Na década de 1990, Walkíria já trabalhava em algumas boates de Belo Horizonte, como recepcionista e fazendo alguns shows. Nessas oportunidades, ainda de forma individual, aproveitava para falar sobre o perigo da aids: “*Não existiam os coquetéis, então as pessoas realmente tinham a AIDS como uma questão de morte mesmo*”. Falava, então, da importância de se prevenir, de usar camisinha. Certo dia, Porcina D’Alessandro assistiu a um show e ao final convidou Walkíria para participar das reuniões do GAPA¹⁴, onde conheceu outra das entrevistadas, Anyky Lima.

Anyky não é natural de Belo Horizonte, mas no início dos anos 1990 se mudou para cá. Em pouco tempo de vida na cidade Anyky, que naquele tempo se prostituía, conheceu Roberto Chateaubriand e por seu intermédio logo começou a participar de um projeto de prevenção de DST/Aids do grupo GAPA, o qual Roberto presidia. Anyky trabalhava nesse projeto junto a diversas outras travestis e transexuais como Porcina, Zoraide e Vanusa. Foi no espaço do GAPA que surgiram as primeiras conversas sobre montar uma ONG especificamente trans em Belo Horizonte, projeto que foi concretizado alguns anos mais tarde com a fundação da ASSTRAV. Como conta Anyky:

o papo da ASSTRAV surgiu justamente ali. Sabe, nessas reuniões da gente, nesses bate-papo. E a Porcina começou a falar, que ela tinha vontade de fundar uma ONG, e num sei mais o que. Ai o papo surgiu dai.

A década de 1980 marca uma reconfiguração do movimento homossexual, em função da epidemia do hiv/aids e do estigma associação a essa doença uma série de grupos da década de 1970 deixaram de existir ou mudaram seu foco para trabalhar com prevenção (FACCHINI, 2003). O GAPA é um dos grupos que surge, no final da década de 1980, para trabalhar com a questão. Em Belo Horizonte a ONG foi fundada em 1987 e não se propunha como uma organização do movimento LGBT, mas devido a uma série de fatores como a orientação sexual dos fundadores e os projetos de prevenção voltado aos homens que fazem sexo com homens (HSM) e as travestis, o grupo acabou por “protagonizar uma nova fase do movimento gay em Belo Horizonte” e a funcionar quase que como “uma incubadora [...] da questão das travestis” (MACHADO, 2007, p. 96–99).

A ASSTRAV foi fundada no final da década de 1990¹⁵ por Porcina D’Alessandro e Walkíria La Roche e foi a primeira organização exclusiva de pessoas trans em Belo

14 Grupo de Apoio e Prevenção à Aids.

15 A data exata da fundação é controversa. Walkíria me afirma em entrevista que a fundação se deu em 1995, Machado (2007) afirma que a fundação foi em 1999. Essa diferença de datas talvez se explique pelo lapso temporal entre o início das atividades e data do efetivo registro em cartório da organização.

Horizonte. Institucionalmente a organização seguia o modelo do GAPA, pois nas palavras de Walkíria “a gente não tinha outra referência”.

Segundo conta Anyky, a associação tinha o foco na prevenção: “Tinha caixas de camisinha lá. Entendeu, a gente levava camisinha na rua, sabe? Pras meninas. Inclusive, eu levei camisinha”. Em entrevista a Machado (2007, p. 143), Walkíria deixa claro que esse era o foco principal da ASSTRAV “a primeira meta da ASSTRAV era prevenção! Não se discutia política”. Walkíria me relatou que se lembra que pedia 24 caixas de camisinha, cada uma com 144 preservativos e que a associação estimava, a partir desse trabalho que faziam, uma população de 800 travestis em Belo Horizonte. A aproximação da ASSTRAV com o movimento LGBT e a participação na fundação da ABGLT¹⁶ é o que faz com que a organização assuma pautas “mais políticas”, segundo depoimento de Walkíria a Machado (2007).

Anyky se afastou da ASSTRAV após algumas confusões que aconteceram na associação, um computador foi roubado, verbas foram desviadas. Anyky diz que nunca ficou muito claro o que aconteceu e que esses fatos levaram a uma briga entre Porcina e Walkíria e o consequente afastamento da Porcina da associação. Nas entrevistas que Machado (2007, p. 147) realizou, Porcina assume ter pegado dinheiro da ASSTRAV, mas declara que era algo temporário e que iria devolver. Diz também que a associação sobrevivia principalmente de dinheiro que ela tirava do próprio bolso. Apesar de se afastar da militância, Anyky continuou a frequentar a sede da associação e acompanhar os acontecimentos.

Após a saída de Porcina, Walkíria La Roche assumiu a presidência da ASSTRAV e deu continuidade aos projetos. A associação realizava uma série de ações, para Machado (2007) Walkíria dá destaque a duas como sendo de extrema importância: a distribuição de um “Kit Beleza” para travestis e transexuais que se prostituíam, o kit colocava numa pequena e prática embalagem itens de maquiagem, preservativos e um folheto explicativo sobre DST; e um trabalho de capacitação da polícia para lidar com as pessoas trans (MACHADO, 2007).

Em 1999, Walkíria, foi até a polícia militar e reclamou da repressão perpetrada pela corporação e das revistas arbitrárias contra as pessoas trans. A partir dessa reclamação, surgiu a oportunidade de uma pequena fala num curso de formação de policiais, no ano seguinte, Walkíria já foi convidada a participar de um encontro internacional das polícias. A partir desse contato, da ASSTRAV com a polícia militar, que segundo me relatou Walkíria, a polícia teria começado a se reformular e de forma pioneira o governo de Minas teria incluído,

16 Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

dentro da formação em Direitos Humanos, um espaço específico para se falar sobre homossexualidades e pessoas trans. Esse é um trabalho que Walkíria se orgulha e acha que foi pouco divulgado para a população¹⁷,

Walkíria: Então essa nova geração eles não sabem, os meninos estavam brincando, assim, falaram comigo hoje assim num grupo de whatsapp: - “nossa Wal, ali no estação tem a polícia ali na porta do bar e como não tem um conflito? O pessoal fica sentado ali, sai bebendo, sai fumando, blablablá.” É isso, isso não nasceu do nada.

Na entrevista que realizei, Walkíria ainda menciona duas outras ações como sendo de extrema importância: uma formação de ensino fundamental, por meio da exibição das fitas do Telecurso 2000, em parceria com a Fundação Roberto Marino; e uma campanha de vacinação contra hepatite, em parceria com a infectologista Dra. Carmen Mazzili. A formação foi uma experiência que marcou Walkíria, serviu de grande aprendizado, mas que não deu muito certo.

Walkíria: A gente viu a dificuldade e o desinteresse, porque elas falavam com a gente assim: - “eu vou estudar para quê? Vou ser psicólogo e vou ter paciente? [...] Eu professora? Quem que vai estudar com a professora [trans]?” E não existia isso... E realmente a gente tomou um choque, porque eu vim de uma outra realidade, a Porcina veio de uma outra realidade.

Já campanha de vacinação, foi de grande sucesso, na opinião de Walkíria. Conseguiram vacinar um número grande de travestis que se prostituíam, principalmente na região da Pedro II e do Bonfim, por meio de uma articulação entre as donas de casa¹⁸ e as redes informais de contato. Essa campanha teve uma repercussão grande na mídia e a ASSTRAV chegou a organizar uma coletiva de imprensa. A reação da mídia foi bastante negativa, como relata Walkíria: *“Eles me bateram falando: - ‘a senhora não sabe que é muito caro a vacina de hepatite?’ Porque era primeira fala na vida que as pessoas tinham que vacinar, como que você tava vacinando travestis, né?”*

No entanto, o desvio de verba e outras confusões sujaram o CNPJ da associação

17 Walkíria julga essa ação como de grande importância, pois impediu efetivamente que, na época, os policiais prendessem arbitrariamente as travestis e transexuais que se prostituíam no Lourdes. Todavia, como relatado por Machado (2007, p. 149), a polícia desenvolveu estratégias mais sutis, como estacionar o carro de polícia nos locais de prostituição, para conseguir expulsá-las. Essa ação teria sido responsável pela migração da prostituição para a Avenida Afonso Pena, onde até hoje permanece.

18 Donas de casa são, geralmente, travestis ou mulheres transexuais mais velhas que possuem casas e alugam quartos para outras pessoas trans, cobrando a diária. Essa figura ocupa um papel peculiar e de certa forma polêmico dentro do microcosmo trans, são comumente retratadas como “mães” e como “cafetinas”. Por um lado, as donas de casa oferecem o único abrigo que muitas pessoas trans podem acessar, oferecem ainda proteção, cuidado e ajuda nos mais variados aspectos da vida (ajuda para denunciar violências em delegacia, para conseguir ingressar em uma política pública, para conseguir ir no hospital ou posto de saúde, dentre outras). Por outro lado, é comum escutar denúncias de cobrança de ponto de prostituição, de agressão física e ameaça. Cada casa e cada dona de casa tem um perfil, que pode variar bastante entre a “mãe” e a “cafetina” ou até conjugar as duas funções em diferentes momentos.

impossibilitando a captação de novas verbas. Além disso, Walkíria se afastou da organização, pois assumiu um cargo na prefeitura de Belo Horizonte e posteriormente no governo de Minas Gerais, onde ficou até o final do governo Anastasia. A conjunção desses fatores reduziu bastante a atuação da ASSTRAV e como veremos em outras entrevistas, faz com que a associação hoje não tenha mais uma atuação forte e reconhecida.

Walkíria se tornou uma “femocrata” e passou por uma série de cargos relacionados a política pública LGBT, na prefeitura e no governo estadual. Walkíria acredita que seu trabalho no governo estadual foi crucial para as políticas públicas LGBT em Minas e pioneiro no Brasil, mas que há uma antipatia do movimento que se recusa a contar essa história. Quando perguntada sobre quais projetos foram os principais executados por sua gestão, Walkíria afirma que são vários, mas dá uma ênfase grande a questões de segurança pública. Segundo relatada, partiu de Minas Gerais a proposta da Conferência Nacional de Segurança Pública a proposta de criação de uma caixinha LGBT no Disque 100 Diretos Humanos, bem como a idéia de um curso nacional de formação. Também foi nessa conferência que começou a ser desenhada a proposta de criação das alas LGBT nos presídios, hoje implementadas em Bicas e Vespasiano.

“*Quem tá do lado de fora imagina que é um trabalho fácil, não é.*” A implementação das políticas que planejava executar não era fácil. Walkíria relata ter tido apoio do governo, mas que havia uma série de dificuldades. As propostas não eram bem recebidas por alguns gestores, bem como a mídia e setores conservadores da sociedade protestavam contra suas ações. Ao propor a um diretor de presídio a distribuição de preservativos, escutou a seguinte resposta: - “*A senhora tá louca? Isso aqui é um presídio de homi, a senhora quer que dê preservativos?*”. Foi ainda acusada por evangélicos de fazer apologia a homossexualidade nos presídios.

Walkíria avalia que seria possível avançar ainda mais, mesmo com toda a oposição, mas que não foi possível por falta de apoio do movimento social. “*Isso é um retrocesso total, porque não avançou mais porque se a população não reconhecia aquilo, como é que você vai avançar com a política pública se você não tem do seu lado o movimento social apoiando e endossando aquilo?*”

Apesar de afastada da ASSTRAV e da militância institucionalizada desde os escândos do roubo do computador, Anyky continuou sendo uma pessoa de referência para a população de travestis e transexuais de Belo Horizonte, acolhendo pessoas com problemas de saúde, tirando outras da rua. O desligamento de Anyky com a ASSTRAV parece ter gerado alguns atritos: “*até então enquanto eu estava na ASSTRAV, eu era uma senhora velha, que tinha uma casa, que acolhia as meninas. Aí depois que eu me desliguei de tudo,*

eu passei a ser uma cafetina exploradeira”.

Anyky passou por diversos problemas com a polícia nesse período. Ela relata que no meio da noite a polícia batia – e até mesmo em uma ocasião invadiu – a sua casa por denúncias de cafetinagem, tráfico de drogas e outras coisas mais. Essas ações policiais, no entanto, reaproximaram Anyky e acabaram por ter um efeito positivo: *“Que eu acho realmente, que se alguém fez isso, a pessoa, se tiver morta, deve tá rolando na sepultura, né? E se tiver viva deve tá morrendo de ódio, porque ao invés de me destruir, acabou me dando visibilidade.”*

Nesse período, Anyky aproximou-se do CELLOS, a organização criou um núcleo específico para lidar com pessoas trans e suas demandas, e Anyky acabou sendo eleita vice-presidenta da associação. No início pensou que estava sendo usada, como pode ser visto em sua fala abaixo.

Anyky: Eu achei que o CELLOS ia me colocar como uma bonequinha de presépio. Sabe, tem uma trans* aqui, a gente adora ela, tem uma trans*, tá ali... só que não sabiam que eu ia aparecer tanto, não sabiam que eu ia ficar tão conhecida, sabe... Eu não sei o que que é, que me deu tanta sorte, que eu apareci tanto e que as pessoas gostaram de mim, e que eu fui me aprofundando mais.

Talvez sua suspeita não fosse sem razão. Anyky hoje ocupa o cargo de presidenta do CELLOS e é muito provável que esse cargo abra portas para participar de diversos espaços e dá legitimidade a muitas das denúncias que faz e dos convites que recebe para dar palestras, como já o fez em cursos de formação de policiais. Todavia, quando perguntada sobre as ações que realiza, o nome CELLOS curiosamente desaparece e outros nomes e parcerias aparecem.

Duas pessoas são fundamentais na militância de Anyky, Liliane Anderson e Maria Lúcia. Maria Lúcia era a vice-presidenta do Grupo Solidariedade - um grupo similar ao GAPA de apoio a pessoas soropositivas – e foi uma espécie de mentora política para Anyky. Foi Maria Lúcia quem indicava quais órgãos podiam ser acionados em Belo Horizonte, quais reuniões deveriam ser frequentadas, pessoas que poderiam ser mobilizadas para resolver problemas e insistiu para que Anyky participasse das reuniões da coordenação municipal da DTS/AIDS. A coordenação se tornou uma grande parceira de Anyky e auxilia no atendimento a uma série de questões de saúde.

Anyky: Mas se eu disser pra você que a entrada na saúde que mais me apoia, é a coordenação do Dst/Aids. Inclusive essa menina que foi internada, ela foi internada, e ela ficou na ala feminina, você quer melhor do que isso? Qual hospital que existe isso? Mas eu ligo é pro pessoal daqui, da municipal. A hora que eu preciso eles correm pra me ajudar. É uma grande parceria também. Hoje mesmo eu estava lá, dando palestra pro pessoal lá do “Posso Ajudar”, sabe?

Liliane Anderson foi responsável por apresentar Anyky ao movimento trans.

Anyky: “Não Anyky, eu vou te botar no movimento”. Ai eu falei “ai Lili, que movimento é esse? Que negócio de movimento é esse?. Não!” Ai eu comprei um computador, já tinha comprado um computador. Ai ela “não, vou te adicionar as meninas, e num sei da onde, num sei da onde, num sei da onde... pra você conhecer..” Aí foi quando ela me adicionou a Keila, Fernanda Benvenuto, sabe, e eu não sabia nem mexer em computador. E ai começou a adicionar uma, a outra, e num sei mais o que.

A partir dessa aproximação, Anyky se tornou a representante da ANTRA¹⁹ em Minas Gerais e apesar de não viajar para os encontros, hoje acompanha e participa das discussões nacionais dessa associação. Lili também foi responsável por apresentar Anyky ao prof. Marco Aurélio Prado e seu núcleo, o NUH²⁰. Essa parceria, como conta Anyky, foi fundamental para sua atuação. Em 2011, Anyky participou do Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais na cidade de São Paulo e candidatou para levar o encontro do ano seguinte para Belo Horizonte. Anyky ganhou, o apoio para a realização do evento, no entanto, não veio do CELLOS e sim do NUH.

Anyky: Aí eu me candidatei e ganhei. Aí falei “que bom, agora eu ganhei”. Fiquei igual doida, né? “Vamos ver como que vai ser”. Ai eu falei com o Marco: “ganhei! E como é que vai ser?”. Quer dizer, quem fez tudo foi a UFMG, de cabo a rabo, quem fez foi o pessoal que ficou tudo doido lá, né, e faz papel daqui, faz papel dali... faz não sei mais o que, e todo mundo achou que não ia acontecer, e foi um dos encontros que mais foi falado, que todo mundo gostou.

A parceria com a UFMG foi fundamental para a realização e o sucesso do evento, considerado um dos melhores já realizados. Dessa parceria surgiram outros frutos, como uma pesquisa para gerar dados estatísticos sobre a população trans de Belo Horizonte, que serviria para o fomentar políticas públicas para as pessoas trans; e uma parceria com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) para denunciar as violências e assassinatos cometidos contra as pessoas trans em Belo Horizonte. O rosto de Anyky hoje está espalhado por toda a cidade em cartazes da campanha “Que diferença faz?” do MPMG²¹.

Fica claro que o CELLOS é secundário nessa atuação de Anyky no movimento trans. Talvez tenha sido o local que a acolheu institucionalmente, mas não é de lá que os recursos financeiros e humanos para realizar suas ações são retirados. Anyky tem interesse em fundar uma ONG exclusivamente trans, chegou inclusive a pedir que eu revisasse o texto do

19 A participação na ANTRA é simultânea a participação no CELLOS.

20 Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos LGBT. É um núcleo de estudos vinculado a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Atualmente é coordenado pelo prof. Marco Aurélio Máximo Prado, da psicologia, e desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionados as temáticas de gênero e sexualidade. Mais informações em: <<http://www.fafich.ufmg.br/nuh/>> Acesso em: 11 dez. 2015

21 Para mais informações sobre a campanha Que Diferença Faz? Ver: <<http://www.mpmg.mp.br/comunicacao/campanhas/que-diferenca-faz.htm>> Acesso em: 11 dez. 2015

estatuto, mas ainda não concretizou a fundação. Sente que não tem muito apoio e que as pessoas trans ainda têm pouca consciência da importância desse tipo de trabalho coletivo, conta um pouco decepcionada que *“é uma comunidade muito difícil, sabe, na hora de pedir socorro elas vêm com os braços abertos, mas na hora de se dispor pra ir nos lugares, elas não vão”*.

Apesar disso, Anyky tem uma visão positiva sobre o contexto atual. Percebe que muitos foram os avanços nos últimos cinco anos: *“Que não existia negócio de travesti dar palestra, de travesti ir na polícia dar palestra, de a gente se reunir e ir lá dentro do batalhão dar queixa... que as meninas estavam sendo ameaçadas. Entendeu?”* Segundo Anyky, a violência policial reduziu, o atendimento ainda não é o ideal e eles pecam por não investigar adequadamente os assassinatos, mas o espancamento cotidiano de travestis, como foi prática comum da polícia em outras épocas, não acontece mais.

Walkíria colaborou bastante com o movimento LGBT de Belo Horizonte, mas diz que desde o início queria algo exclusivo: *“em 1995 eu já não queria estar tutelada a uma ONG Gay, porque são especificidades completamente diferentes e acaba não tendo esse entendimento. E percebi muito preconceito. Percebi e sofri...”*.

Carl e o MOOCA

Carl e Gisella também iniciaram a sua atuação política em grupos mistos LGBT. Carl nem sempre militou pelas causas trans, ele se aproximou do movimento em 2004, em função do antigo projeto SOMOS da ABGLT, que capacitou lideranças por todo país. Sua atuação, na época, foi como liderança lésbica na cidade de Contagem, participando inicialmente do CELLOS Contagem e posteriormente fundando o MOOCA, uma dissidência do CELLOS. Em sua fundação o MOOCA, se chamava MOOCAH – Movimento Organizado de Combate à Homofobia e tinha como foco principalmente as questões de gays e lésbicas.

Carl não sabia que homens trans existiam, nem que poderia ser um. Foi a partir da sua inserção no movimento LGBT que conheceu o termo e outros homens trans e segundo relata começou a se perceber assim na primeira Conferência Nacional LGBT, confira:

Thiago: Você sabia [que era um homem trans] desde quando mais ou menos?

Carl: Olha, desde a primeira conferência nacional LGBT, quando eu até conheci o Alexandre Peixe, né? Lá de São Paulo. Foi o Cristiano, aquele do CELLOS, aquele negro do CELLOS. Ele que me apresentou. Ele também já sabia e falou assim: - olha pra mim você é transexual e tal que não sei o que. Isso foi 2008, né? Pouco antes disso. Ai que eu fui saber que isso existia, que eu não sabia. Eu não sabia. O movimento também não soube, só soube na Conferência Nacional através do

Alexandre. Ai falei assim, nossa realmente eu sou isso, mas vai ser muito foda, né? Minha família, minha namorada, né? Enfim...Ai eu comecei a pesquisar na internet coisas do Buck Angel. É... Na época também tinha o Leonardo Tenório. Ele tinha um blog que falava tudo sobre transição, sobre questão de tratamento hormonal e tudo mais. Então, assim, eu fui através da internet lendo.

Apesar dessa descoberta nesse momento, Carl não começou a se apresentar imediatamente como homem trans, nem a militar nesse movimento. Vários fatores influenciaram nesse “atraso”, um relacionamento considerado abusivo e também pressões do movimento para que continuasse como liderança lésbica. Carl relata, inclusive, que um ativista LGBT chegou a agradecê-lo por não ser homem trans, pois assim não roubaria vaga dos homens gays.

A sua aproximação com o movimento trans foi mais recente, a partir de sua transição. Carl relata que já conhecia o movimento trans por causa de sua militância LGBT, conhecia a ASSTRAV e a Xuxa, militante do CELLOS. Todavia, acreditava que esses não estavam propriamente organizados. Na sua opinião, quem era do movimento LGBT não conhecia muitas das demandas e até dos termos que o movimento trans utiliza. Foi em 2013, em uma reunião organizada em função do cancelamento da Parada LGBT, que Carl e outras pessoas do movimento LGBT entraram em contato com o movimento:

Carl: Na verdade é uma coisa que a gente tava lembrando esses dias, foi nas jornadas de 2003.. 2013, que teve é aquele cancelamento da parada LGBT a gente fez uma reunião contra o cancelamento da parada que era o período que a gente acha que deveria ter, foi a primeira vez que a gente escutou o termo cis. A gente que era do movimento LGBT, a gente não sabia. Então, foi primeiro contato que a gente teve com esse movimento trans, foi com a Sofia, na época a Ariane defendia a bandeira, aquelas meninas que hoje são radicais feministas. Então esse foi o primeiro contato que eu tive com essa emancipação do movimento, que a gente foi saber das letrinhas ftm, mtf, cis, não-binário a gente já tinha escutado, então foi em 2013. E a partir daí a gente falou assim, a gente até precisa fazer um curso de formação, porque eu nem sabia o que é isso. O Gustavo também não sabia, e a gente foi muito humilde e a gente falou: a gente não sabe o que vocês tão falando. Aí que a Sofia explicou pra gente e ela assim... ela ajudou muito.

A transição de Carl e essa aproximação com aquilo que chama de movimento trans na perspectiva da emancipação fizeram com que o MOOCA desse uma virada, retirando o H de seu nome e ampliando a sua luta. O MOOCA ainda hoje é um movimento misto, que conta com a participação de gays, lésbicas e outras pessoas trans, mas se distanciou do movimento LGBT que considera tradicional. Na opinião de Carl essas organizações teriam o foco principal nas pautas gays, tanto que o chamam de forma jocosa de movimento GGGG, mas o MOOCA operaria uma inversão na hierarquia das pautas, trazendo a tona pautas das “letrinhas” mais invisibilizadas, como as pessoas bissexuais e principalmente das pessoas trans. Como ele mesmo declara *“eu tenho muito orgulho do meu coletivo porque é um*

coletivo LGBT que essas pautas são todas trans”.

A sede do MOOCA se localiza em Contagem, mesma cidade que Carl ainda reside. Apesar disso, a organização e o ativista tem atuação forte em Belo Horizonte e começa a ganhar uma visibilidade grande em todo o estado e no país. Sua organização realiza uma série de ações e parcerias na cidade, participa de espaços de diálogo do movimento com o Estado e atua fazendo pressão. Atualmente o MOOCA faz pressão na Secretaria Estadual de Saúde e na Municipal de Belo Horizonte para a reabertura do Ambulatório Trans²² que se localizava no Hospital das Clínicas de Belo Horizonte, segundo Carl o governo tem feito promessas nesse sentido:

Carl: [...] a gente tem o compromisso do Estado na pessoa da Maria Turci [Atual Superintendente de Atenção Primária a Saúde do Governo do Estado de Minas], que talvez não seja com o nome de ambulatório, mas atendimento vai existir. Inclusive a intenção deles é que seja nos micropolos, né? Que não seja só na capital. E que a cirurgia deve voltar a ser feita aqui na, aqui em BH, com o pessoal do interior fazendo aquele TFD, né? Que é transporte, eu não sei qual que é a sigla, mas é pra transportar e vim fazer a operação aqui. Esse é o compromisso que a gente tem do Estado, mas isso foi através de um abaixo-assinado que a gente fez, uma pressão

A saúde é uma das pautas prioritárias para o MOOCA, por isso o movimento está na disputa por uma vaga no Comitê Estadual de Saúde Integral LGBT que está em processo de implementação. O mau atendimento na saúde faz com que as pessoas trans procurem tratamentos alternativos e automedicação, com o diria Carl: *“Um monte de gente que procura [tratamentos alternativos] porque não quer ir no médico, fala assim: “ah eu não vou no médico para ser hostilizado”*. Existem comunidades na internet em que as pessoas trocam informações sobre como se tratar, como se hormonizar, esse tipo de automedicação pode gerar acarretar problemas de saúde nas pessoas, como Carl que teve um início de cirrose em função da hormonização incorreta.

A pauta da saúde é uma pauta complexa, demandam abertura de serviços novos, mas também a capacitação dos(as) profissionais para lidar com as pessoas trans, desde a atendente que deve respeitar o nome social, até os médicos, que muitas vezes não sabem as especificidades do tratamento de uma pessoa trans. Mas Carl enfatiza, não é só na

22 Na realidade nunca existiu um Ambulatório Trans em Belo Horizonte. Se tem notícias de que cirurgias foram feitas nos anos 2000 de forma experimental, mas até onde é falado no movimento não se tratou de uma política sistemática. Recentemente, por pressão do Paulo Bevilacqua e iniciativa de algumas médicas do Hospital das Clínicas que são professoras da UFMG, iniciou-se a tentativa de criar um ambulatório trans. O procedimento de criação e cadastramento desse para autorização de realização de todos os procedimentos, bem como o recebimento de verba derivada do Ministério da Saúde é bastante complexo e demorado. Por essa razão, as médicas, por iniciativa própria, iniciaram alguns atendimentos preliminares, principalmente no diz respeito ao atendimento endocrinológico. Todavia, após atrito da equipe médica com a militante travesti Liliane Anderson, que denunciava que o ambulatório era excludente e só atendia transexuais, os atendimentos foram suspensos e o processo de criação paralisado. Em função de minha militância e da minha pesquisa de doutorado pude acompanhar grande parte desse processo de instauração, paralisação e tentativa de reativação.

questão da transição, pessoas trans também possuem outros tipos de demanda e querem ser respeitados na hora de buscar um posto de saúde por outras causas.

Relacionada a saúde há também a demanda pela despatologização da transexualidade. Atualmente a transexualidade é considerada uma doença mental, catalogada pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10) (LEITE JR., 2011; TEIXEIRA, 2013), mas Carl acredita que isso é um equívoco. Na sua opinião a patologização da transexualidade tira do sujeito a autonomia sobre o seu próprio corpo.

A atuação do MOOCA também se dá em outras frentes e com outras parcerias. Atuam formando outros militantes através de cursos de formação, atualmente estão organizando um curso em que chamarão acadêmicos e militantes do movimento trans de destaque no Brasil para palestrar. Se preocupam bastante com a empregabilidade das pessoas trans, que segundo Carl muitas vezes têm na prostituição a única opção, por isso desejam aprovar um projeto de economia solidária com foco para geração de renda para pessoas trans.

O MOOCA fez ainda uma parceria com a faculdade de direito da UNA, que começou a prestar atendimento jurídico gratuito as pessoas trans. Como conta Carl, a UNA ingressou com ações para retificação do nome e gênero para um grupo de pessoas trans e agora desejam replicar essa iniciativa em outras faculdades, como a Pitágoras e diz que há uma tentativa de que algo similar aconteça na UFMG. O grupo possui parceria com diversos diretórios acadêmicos e coletivos estudantis, alguns por comungarem com ideias similares, como é o caso do Coletivo Gisbertas²³. Nos casos específicos do Diretório Acadêmico de Medicina e do Diretório Central dos Estudantes (DCE), ambos da UFMG, a parceria se deve ao fato de um dos integrantes do MOOCA ser simultaneamente integrante dos dois diretórios.

Quando perguntado sobre outras organizações e outros ativistas do movimento Carl informou que existe uma atividade forte na internet, pessoas que muitas vezes não são vinculadas a qualquer associação, mas que mantém uma atuação por meio de postagens em blogs, em grupos do Facebook, especificamente em Belo Horizonte mencionou a Priscila, que mantém um canal no Youtube que acha muito interessante. A influência da internet é marcante para Carl, grande parte do que aprendeu sobre o movimento trans, ele credita a Daniela Andrade, uma das ativistas que atua principalmente na internet e a qual ele considera como sendo uma teórica do movimento trans.

Carl avalia o cenário atual com certo ceticismo. Reconhece que existiram algumas conquistas nos últimos anos como um diálogo maior com o governo do Estado,

23 Coletivo de estudantes da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG. Mais informações em: <<https://www.facebook.com/gisbertas.direito.ufmg>> Acesso em: 10 dez. 2015

principalmente por meio da Coordenadoria de Diversidade Sexual (CODS), a garantia de vagas de pessoas trans na Conferência LGBT Municipal e Estadual – Carl identifica que isso foi uma derrota do movimento GGGG-, a regulamentação do nome social nas escolas e faculdades e percebe que a maior visibilidade é, também, uma grande conquista. No entanto, acredita que muitos dos avanços são só paliativos: “conversar até Hitler conversava. A gente precisa ver é as coisas sendo efetivadas”. Avalia que há mais retrocessos do que avanços e credita isso ao avanço do conservadorismo.

Gisella, Bruno, o IPR e o IBRAT

Gisella e Bruno foram mencionados nas outras entrevistas como pessoas que estão se destacando no ativismo trans em Belo Horizonte. Eu já conhecia os dois e logo entrei em contato pelo Facebook perguntando, individualmente, se aceitariam me conceder uma entrevista, ambos aceitaram imediatamente, mas de início não marcamos uma data. No dia seguinte, Bruno enviou uma mensagem dizendo que o dia que eu marcasse com a Gisella poderia marcar com ele também. Eu não havia informado a nenhum dos dois que entrevistaria o outro, mas como são amigos e ambos trabalham no mesmo lugar, provavelmente conversaram sobre isso. Aceitei a proposta²⁴ e no dia 09 de dezembro fui até o IPR²⁵, o local de trabalho deles, para entrevistá-los. Achei estranho entrevistá-los em seu local de trabalho, mas ambos se sentiram mais confortáveis dessa maneira, além disso me informaram que o IPR tem o costume de liberar para algumas atividades como dar entrevistas e proferir palestras.

Gisella iniciou sua militância por volta dos anos 2000, quando ainda morava em Montes Claros e foi uma das fundadoras do Movimento Gay das Gerais, naquela cidade. O grupo articulou-se inicialmente a partir de alguns projetos do GAPA, que trabalhavam com a prevenção do HIV/AIDS com homens que fazem sexo com homens e travestis. A medida que o projeto se desarticulou e alguns problemas com o GAPA surgiram, essas pessoas sentiram a necessidade de fundar sua própria ONG, se reuniam em bares a noite e, assim, fundaram o MGG.

24 Aceitei a proposta também como uma forma de experimentar com outros formatos de entrevista, uma entrevista coletiva. Foi uma experiência diferente e bastante difícil. Penso que consegui algumas informações que não conseguiria em entrevistas individuais, como algumas discordâncias que aparecerão no texto. Por outro lado, percebi que não me aprofundi tanto na atuação de cada uma das pessoas como faria se os entrevistasse separadamente. A diferença na personalidade dos entrevistados, Gisella mais extrovertida e Bruno mais tímido, também influenciou bastante a dinâmica da entrevista. Gisella claramente falou muito mais que Bruno. Talvez a entrevista individual teria sido mais produtiva para extrair informações de Bruno.

25 Instituto Pauline Reichstul.

Hoje, Gisella acredita que foi um erro escolher esse nome e que ele deveria ser trocado: *“Eu deixei isso passar [...] eu aprendi isso com a Lili, a instituição tinha que ser uma instituição de travestis, era uma associação de travestis, mas eu não tive esse apoio.”* O contato com Liliane Anderson, a Lili, se deu anteriormente, em função ainda do GAPA. Por convite de Lili, Gisella viajou ao Espírito Santo - estado que Lili morava e militava à época – para participar de um encontro do movimento trans. Nesse encontro, Gisella teve seu primeiro contato com as lideranças nacionais do movimento, como Keila Simpson, Hanna Suzart, Janaina Lima e outras.

A mudança para Belo Horizonte afastou Gisella do movimento. A reaproximação se deu quando sentiu que não queria mais se prostituir e buscou um trabalho formal. Encontrou um emprego no Centro de Referência de Direitos Humanos (CRDH), um projeto do IPR. O projeto do Centro, inicialmente, não tinha foco nas pessoas trans, mas a demanda foi tão grande que acabaram incluindo um novo público-alvo. Sua experiência na prostituição e a passagem recente pelo processo de retificação a dava a ela muitas informações para passar para as pessoas trans e sobre como abordar essas pessoas.

O sucesso do Centro, na opinião de Gisella, se deu por vários motivos, mas principalmente pela localização na Pedro II, local frequentado por diversas travestis e mulheres transexuais; e também por sua presença ali. Como Bruno e Anyky lembraram, as pessoas passavam na porta, viam a Gisella sentada e se identificam, por isso, sentiam-se confortáveis para entrar. Gisella diz que deu sorte, porque recebe para fazer o que gosta.

O militante com a trajetória mais recente que entrevistei é o Bruno. Sua primeira aproximação com o movimento se deu há dois ou três anos, quando começou a buscar informações para a iniciar a hormonização. Diz que na época entrou em contato com o prof. Marco Aurélio e com a Dalcira Ferrão, que passaram algumas informações a ele e o apresentaram ao movimento. No entanto, sua militância não começou nesse momento. Foi com a entrada no CRDH do IPR que Bruno começou a militar.

Atualmente, Bruno é representante do IBRAT²⁶ em Minas Gerais. Conta que já participava do IBRAT há algum tempo, mas fortaleceu o vínculo no início de 2015, quando participou em São Paulo do I Encontro Nacional de Homens Trans. Em Minas Gerais, e em especial em Belo Horizonte, o IBRAT ainda não tem atuado muito. “Nós estamos meio perdidos”, diz Bruno.

A atuação dos dois é difícil de classificar, será militância ou emprego? Muito do que fazem é em função de seu emprego, frequentam espaços de discussão e decisão representando o IPR, mas é perceptível que esses convites surgem pelo fato de serem

26 Instituto Brasileiro de Transmasculinidades.

peessoas trans muito articuladas, com falas claras e que dominam as demandas do movimento. Tanto Gisella quanto Bruno são frequentemente convidados para dar palestras em faculdades. Relatam já ter ido a UNA, a diversos campus da PUC, a UFMG e outras, convites similares aos feitos à Carl e Anyky. Isso demonstra que apesar do IPR e seu trabalho ali ser fundamental para a visibilidade que conquistaram, muito de sua atuação deve-se, também, a méritos pessoais. “*É bem interessante, né? Porque nós dois não temos ainda a oportunidade de entrar para uma faculdade como estudantes, mas a gente vai na faculdade para ensinar os outros*”, brinca Bruno.

Tanto Gisella quanto Bruno avaliam que a educação é uma das pautas principais do movimento trans na atualidade. Querem ocupar espaços nas universidades palestrando, mas também como alunos(as), querem que as universidades se encham de pessoas trans. Gisella julga que isso é importante porque as pessoas conhecem apenas um lado das travestis, o negativo, mas que a partir dessa atuação podem conhecer outros, conhecer suas demandas. Além disso, percebe que a educação está vinculada a outra demanda, a por emprego. A prostituição, na opinião da Gisella, deve ser uma opção e não um destino para as travestis. Ela afirma que sonha em ver uma travesti falando que é advogada, mas que se prostitui porque quer.

No período que o CRDH existiu, realizaram uma série de ações específicas para as pessoas trans. Realizavam espaços de debate chamado *Chá das Trans*, onde convidavam alguém, muitas vezes pesquisadores do NUH, para palestrar. Em parceria com a Defensoria Pública de Belo Horizonte, atenderam e encaminharam pessoas trans que desejavam retificar seus documentos, dando abertura ao processo. Juntamente à coordenação de DST/AIDS participaram de atividades de prevenção.

O Centro de Referência possuía ainda diversas ações voltadas para outros públicos, como os moradores de rua. Gisella e Bruno afirmam que mesmo nesses momentos, as questões das pessoas trans eram abordadas:

Gisella: mesmo a gente não falando da nossa pauta, a gente é pauta em qualquer lugar que a gente esteja, a presença já faz uma figura importante. É uma militante mesmo involuntária.

Bruno: Só de existir a gente já tá militando

O CRDH acabou, mas o IPR ainda manteve Bruno²⁷ e Gisella contratados por um tempo. Avaliam que isso se deve ao fato que o trabalho realizado por eles conquistou uma grande visibilidade na cidade.

27 No momento da entrevista Bruno ainda trabalhava no IPR, no entanto, atualmente Bruno trabalha como secretário do Diretório Central dos Estudantes da UFMG.

Gisella não é filiada a nenhuma organização do movimento LGBT. Conhece a ASSTRAV de nome, sabe que é um nome antigo na cidade e inclusive chegou a morar com Porcina no período que essa atuava na ASSTRAV, mas não vê atuação hoje e não se sente representada. Ela também é crítica à atuação de outras ONGS e diz:

Gisella: primeiro que eu tenho essa cisma, esse medo de me afiliar a, primeiro porque não me sinto representada dentro de algumas ONGs que eu vejo que elas são muito GGGG. Não me sinto representada, nem contemplada, mas respeito e sei da importância de cada uma.

Se considera ativista independente e tem medo de se associar, prefere ocupar vários espaços. *“O movimento está muito desorganizado, está muito rachado, por questões partidárias”*, avalia.

Além da atuação no IPR e da participação no IBRAT, Bruno tem uma atuação forte na internet coordenando alguns grupos de Homens Trans em parceria com Carl e Raul Capistrano. Bruno me conta que possui um grupo em que postam fotos de suas cirurgias para comparar resultados, informam quem foi o médico que fez, a técnica utilizada, se foi necessário o laudo patológico. Em suma, compartilham suas experiências e avaliam, para que as outras pessoas consigam o melhor resultado possível e evite passar por experiências negativas. O grupo também serve para organizar algumas ações coletivas, um escracho ou similar.

Quando perguntados sobre uma possível separação do movimento trans e do movimento LGBT, os dois mostraram pequenas divergências. Gisella toma uma posição de maior agregação, acredita que o movimento deve se unir cada vez mais, para ela a estratégia deve ser ocupação cada vez maior de espaços pelas pessoas trans, conscientizando as outras pessoas sobre suas demandas. A participação de pessoas trans nas organizações é fundamental para Gisella, que acredita que um grupo sem pessoas trans dificilmente defenderá pautas que não sejam só gays. Bruno, por sua vez, acredita que a separação é algo desejável, *“são pautas realmente bem diferentes”*, afirma. No entanto, por uma avaliação estratégica, pensa que a separação significaria a morte do movimento trans, na sua avaliação há pouca união e pouca força, se já ocupam pouco espaço, se se separassem ocupariam menos ainda.

Gisella e Bruno percebem avanços recentes. Para os dois as Conferências Municipal e Estadual LGBT foram marcantes e aprovaram importantes demandas de políticas públicas específicas para as pessoas trans. Assim como Carl, consideram que a conquista das vagas reservadas para pessoas trans, e em especial a vaga para homens trans, como uma vitória para o movimento trans e para uma representação maior das pessoas trans e suas

demandas. Essa não foi uma vitória fácil, e dizem que havia muita gente nas conferências que não queriam que isso passasse.

A criação do Conselho Estadual LGBT também é vista como um avanço, no julgamento de Gisella, quando o Conselho for efetivamente implementado servirá como um espaço importante para lutar por políticas públicas. A militante inclusive se informou sobre o procedimento de criação e de eleição e reclamou da paridade entre governo e sociedade civil, na sua opinião, o movimento social deveria ter uma representação maior.

Gisella reconhece que a maior visibilidade é uma conquista grande. Bruno ironiza e fala que homens trans agora estão na moda. Gisella discorda, acredita que até pode ser moda, mas vê além, percebe que as pessoas trans estão ocupando mais espaço e que isso, na sua opinião, é muito importante. Nesse ponto, agradece ao apoio de universitários que estão pegando para si a pauta e levando para outros lugares.

Apesar desses avanços, muitas coisas ainda não são adequadas. A questão da saúde aparece como uma das pautas principais, ao lado da educação e do trabalho, e o relato de Bruno ressoa o que Carl e Anyky já tinham informado.

Bruno: Uma coisa que acontece muito com a gente, a gente pode estar morrendo de passando mal, a gente deixa de ir no médico porque sabe que não vai ser respeitado. Pelo menos para mim, quando eu peguei a identidade nova, eu disse: Primeira coisa, eu vou no médico. Não interessa o que que eu tenho, qualquer um, não sei pra que serve, mas eu vou.

Bruno percebe ainda que não houve muito avanço na medicina. Relata que as dúvidas que escuta de homens trans e até mesmo dos médicos hoje, são as mesmas que seu amigo Raul Capistrano tinha há oito anos, quando ele começou a se hormonizar. Na opinião dos dois, o sistema de saúde de Belo Horizonte tem muito que melhorar em seu atendimento. Relatam que existe uma portaria que garante o uso do nome social no atendimento, existe um cartão impresso com o nome social, mas que esse não é respeitado. Segundo relatam, a própria Anyky, que está em cartazes sobre o nome social em todo posto de saúde, já foi desrespeitada. A criação do Ambulatório Trans seria, na opinião de Gisella, uma forma de ajudar na solução desse problema.

Avaliam que a prefeitura deveria melhorar na forma com que lidam com pessoas trans. A prefeitura teria algumas funcionárias travestis, mas que não tem seu nome social respeitado. O único atendimento específico para pessoas trans na prefeitura de Belo Horizonte seria no Centro de Referência LGBT, mas o atendimento ainda não seria adequado. Primeiro por não ser tão acessível, fica localizado em um num prédio do governo em que você tem que apresentar a identidade para o porteiro e isso afasta pessoas trans. O

atendimento lá ainda não seria capacitado para tratar com pessoas trans, Bruno reclama que foi tratado como se fosse homossexual e não uma pessoa trans. Além disso, dizem que é mal divulgado e que deveria prestar mais serviços, como o atendimento jurídico que ainda não existe. Outro exemplo do descaso da prefeitura com a população trans seria o nome do programa “BH Sem Homofobia”, Bruno e Gisella não se sentem representados por esse programa e acreditam que deveria mencionar a transfobia também.

Questões da conjuntura política nacional também são apontadas como retrocesso por Bruno e Gisella. Mencionam a atuação de setores conservadores no Congresso Nacional para aprovar de projetos de Lei reacionários - como o que proibiria a venda da pílula do dia seguinte – e que impedem o andamento dos projetos que garantiriam os direitos das pessoas trans, como o PL João Nery.

Costurando as histórias para concluir

De uma forma livre e percorrendo a história de cinco pessoas, contribui para o campo de estudos do movimento de pessoas trans, com um foco específico para a cidade de Belo Horizonte. Corrobrei achados das pesquisas de Machado (2007) e Carvalho (2011, 2015; CARVALHO; CARRARA, 2013), mas avancei. Em relação ao primeiro avancei no que diz respeito ao foco no movimento trans e na amplitude temporal, em relação ao segundo avancei focalizando no contexto local da cidade de Belo Horizonte.

Demonstrei que as fronteiras entre o movimento trans e LGBT são borradas, grande parte das pessoas entrevistadas iniciam sua atuação no movimento LGBT e algumas como Carl e Anyky até hoje fazem parte de associações mistas. No entanto, há sinais de uma emancipação maior do movimento trans nos últimos anos e a consciência de se tratarem de coisas relativamente diferentes. A maioria dos entrevistados são contra uma ruptura completa do movimento, mas reconhecem que certo distanciamento tem sido necessário. São pautas diferentes, mas pautas irmãs, como colocado por Carl.

Não encontrei organizações institucionalizadas exclusivamente trans ainda em atividade em Belo Horizonte. O nome ASSTRAV, tão marcante no passado, ainda é mencionado algumas vezes, mas não há sinais de que esteja atuante. O que percebi foram representantes de redes nacionais exclusivamente trans como o IBRAT e a ANTRA que aqui atuam, podendo conjugar essa atuação com a vinculação a alguma associação local, como no caso de Anyky, ou não, como no caso de Bruno.

Durante os anos de 2015 e 2016 surgiram em Belo Horizonte, e por todo o Brasil,

uma série de iniciativas de cursinhos pré-vestibulares para estimular o ingresso de pessoas trans na universidade. Até a conclusão do artigo, existiam dois cursinhos desses em BH, o Transvest²⁸ e o Transenem²⁹, que reúnem dezenas de pessoas trans. Esses espaços são organizados de forma independente por diversas pessoas cis e trans, mas contam com o apoio das pessoas entrevistadas, principalmente Carl que é muito envolvido com o Transvest. Apesar de o foco ser no estudo para a aprovação no vestibular, esses espaços acabam aproximando as/os estudantes de ativistas e também incentivam a participação em eventos de caráter político na cidade. Acredito que esses espaços servirão como uma incubadora de novos(as) ativistas trans em Belo Horizonte e é possível que novos coletivos e organizações surjam a partir daí.

Nas falas, uma série de demandas são apresentadas, mas fica claro uma centralidade de questões de saúde como: hormonização e cirurgias diversas para readequação de seu corpo. No entanto, quase todos alertam, não é só isso! As pessoas trans também tem dor de cabeça, diarreia e problemas de saúde comuns. A demanda é por um atendimento integral na saúde e respeitando a autonomia dessas pessoas sobre si. Isso implica em respeitar o seu nome e gênero, utilizando o nome social quando a pessoa ainda não retificou juridicamente seus documentos.

Outras demandas variadas vão de facilitação da retificação do nome e gênero na justiça, acesso a educação, fim da violência e da discriminação. O trabalho parece ser outro ponto crucial. Mesmo que brevemente, todas as entrevistas relataram dificuldades das pessoas trans para conseguir emprego, o que segundo diagnóstico dessas próprias pessoas acabaria as pressionando para a prostituição.

Talvez em função das diversas demandas, as estratégias do movimento também são variadas, tomando formas mais ou menos institucionalizadas a depender de quem e do objetivo. Walkíria, no início de sua atuação apostou na execução de projeto de intervenção e na sequência se tornou uma “femocrata”, ingressando no Estado para trabalhar na promoção de políticas públicas LGBT. Carl, Anyky e Gisella atuam muito fazendo pressão no Estado, participando de reuniões, de espaços de participação como conselhos e comitês, enviando ofícios cobrando a atuação e demandando políticas públicas, organizando protestos, etc.

Outras formas mais micropolíticas de atuação também apareceram fortemente. O grupo de Carl faz memes para ironizar gestores que atuam contrários aos interesses de suas organizações, já Bruno mantém redes na internet de compartilhamento de informações. Essas redes, em que Carl também participa, são importantíssimas para que os

28 Para mais informações: <<https://www.facebook.com/transvest>> Acesso em: 18.07.2016

29 Para mais informações: <<https://www.facebook.com/transenembh>> Acesso em: 18.07.2016

homens trans aprendam a se hormonizar, descubram quais profissionais são bons e quais são ruins, em suma, facilitam enormemente a vida das pessoas trans. Talvez muitas dessas pessoas nem seriam quem são sem o acesso a essas redes.

Independente da organização, percebi que o movimento atua muito fazendo parcerias. A parceria com as universidades se mostrou fundamental em todas as entrevistas e tomou diversos formatos, auxiliando Anyky a organizar um evento, criando um serviço de atendimento jurídico gratuito por pressão de Carl ou outro.

Foi possível perceber que, desde o início do movimento, a AIDS é um fator relevante e dela surgem parcerias fundamentais. É através do GAPA que Anyky e Walkíria iniciam o ativismo e, na década de 1990, fundam a ASSTRAV. Atualmente, a AIDS perdeu a centralidade que já teve, mas continua influente, como fica claro na experiência de Anyky. É com a coordenação municipal de DST/AIDS que consegue apoio na área da saúde e foi uma militante do grupo Solidariedade que a auxiliou a conseguir essa articulação na prefeitura.

A pesquisa, no entanto, não esgotou o campo e consigo vislumbrar uma série de fios soltos que poderiam ser explorados. Primeiro, é preciso aprofundar ainda mais na atuação da ASSTRAV e entender a atuação dessa, tanto no passado quanto na atualidade. Dessa maneira, novas entrevistas com Walkíria La Roche e Porcina seriam valiosas, mas também entrevistas com outras militantes dessa organização como Luiza Ferreira e Adriana Kelvin. Segundo, a emergência dos cursinhos pré-vestibular me parece algo de extrema importância e que terá um impacto definitivo no campo, seria interessante aprofundar nas suas estruturas organizacionais e em como os atores e atrizes circulam desse espaço para outros. Terceiro, foi perceptível que, como Mário Carvalho (2015) já apontava, há um campo de militância forte na internet e que essa é fundamental, principalmente para a nova geração de pessoas trans. Quarto, há uma curiosa similaridade entre a história do movimento trans e do movimento de prostitutas em Belo Horizonte, apesar de similar essas histórias não se cruzaram nas minhas entrevistas, esses pontos de contato merecem ser melhor investigados. Por último, seria interessante, ainda, utilizar de técnicas diferentes, por exemplo, pesquisas documentais poderiam contribuir para um aprofundamento da história aqui contada ao investigar arquivos de jornais com notícias sobre o movimento.

Referências

- ALMEIDA, G. "Homens trans": novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513–523, ago. 2012. Acesso em: 10 dez. 2015.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49–86, 2009. Acesso em: 1 jul. 2015.
- ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 13–56, dez. 2014. Acesso em: 6 set. 2015.
- ÁVILA, S. *Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.
- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.
- BROWN, E. H. Trans/Feminist Oral History: Current Projects. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*, v. 2, n. 4, p. 666–672, nov. 2015. Acesso em: 8 jan. 2016.
- CARVALHO, M. *"Muito prazer, eu existo!": visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil*. 2015. 261 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2015.
- CARVALHO, M. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2011.
- CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, v. 0, n. 14, p. 319–351, 5 ago. 2013. Acesso em: 1 dez. 2015.
- COLLING, L.; SANT'ANA, T. Um breve olhar sobre a transexualidade na mídia. In: COELHO, M. T. A. D.; SAMPAIO, L. L. P. (Org.). *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 255–266.
- DELLA PORTA, D. In-Depth Interviews. In: DELLA PORTA, D. (Org.). *Methodological practices in social movement research*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2014a. p. 397–417.
- DELLA PORTA, D. Social Movements Studies and Methodological Pluralism: An Introduction. In: DELLA PORTA, D. (Org.). *Methodological practices in social movement research*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2014b. p. 1–20.
- FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 81–125, 2003. Acesso em: 1 nov. 2013.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I a vontade de saber*. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FRY, P. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: FRY, P. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1982. p. 87–115.

GOHN, M. DA G. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GREEN, J. N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GRUPO GAY DA BAHIA. *ASSASSINATO DE HOMOSSEXUAIS (LGBT) NO BRASIL: RELATÓRIO 2014*. . Salvador: GRUPO GAY DA BAHIA, 2014. . Acesso em: 12 set. 2015.

LEITE JR., J. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. 1. ed. São Paulo, SP, Brasil: Annablume, 2011.

MACHADO, F. V. *MUITO ALEM DO ARCO-ÍRIS. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado*. 2007. 308 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2007.

MELUCCI, A. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1996.

PERES, W. S. *Travestis brasileiras: dos estigmas à cidadania*. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

RAGO, M. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP, Brasil: Editora Unicamp, 2013.

SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, 1998. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11183/8194>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

TEIXEIRA, F. DO B. *Dispositivos de dor: saberes - poderes que (con)formam as transexualidades*. 1. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.

TILLY, C.; WOOD, L. J. *Social movements, 1768-2012*. 3. ed. Boulder, CO: Paradigm Publishers, 2013.

WEISS, R. S. *Learning from strangers: the art and method of qualitative interview studies*. New York: Free Press, 1995.

Entrevistas

BENZAQUEN, Carl. Entrevista concedida a Thiago Coacci. Contagem, 02 de dezembro de 2015.

LA ROCHE, Walkíria. Entrevista concedida a Thiago Coacci. Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2016.

LIMA, Anyky. Entrevista concedida a Thiago Coacci. Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2015.

LIMA, Gisella; SOUZA, Bruno. Entrevista concedida a Thiago Coacci. Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2015.